

Revista

AproximAção

Juizados Especiais

Autocomposição

Cidadania

2ª Vice-Presidência do TJPR



Editorial



Caras Amigas e Caros Amigos,
Cidadania. Inovação. Voluntariado.

Três valores muito caros às mais evoluídas sociedades do mundo, em especial àquelas que, neste século, ostentam os melhores índices de desenvolvimento humano.

O Poder Judiciário brasileiro, mormente a partir da criação do CNJ, tem trabalhado no estabelecimento de uma política pública da mais alta relevância, que constitui um dos macrodesafios do Planejamento Estratégico 2015-2020 e pretende ser inovadora: a política judiciária de cidadania, em grande medida com a participação de voluntários.

Com o objetivo de identificar essas práticas pioneiras, bem como de homenagear seus idealizadores e executores, com vistas à futura replicação para todos os Juízos do Paraná, o Núcleo de Direitos do Cidadão do Tribunal de Justiça (NUCID) e a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) instituíram o Prêmio "JUS XXI – Inovação e Cidadania", que, no último dia 28 de setembro, foi entregue a magistrados de todo o Estado.

A 2ª Vice-Presidência, idealizadora do NUCID e coordenadora do "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola", também homenageou, no dia 6 de outubro, todos os voluntários que atuaram, nos últimos dois anos, no Programa, atingindo a marca histórica de mais de 36.000 crianças atendidas.

A todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Paraná, por doarem, de forma inovadora, seu tempo e conhecimento em favor da cidadania, o nosso mais sincero reconhecimento.

Muito obrigado!

Abraço cordial,

Fernando Wolff Bodziak
2º Vice-Presidente do TJPR

Índice

| | |
|--|----|
| JUS XXI - Inovação e Cidadania, premia Magistrados | 02 |
| Deliberações do CSJEs | 07 |
| TJPR recebe Comitativa Britânica | 08 |
| Deliberações do NUPEMEC | 09 |
| Semana Nacional da Conciliação 2016 | 09 |
| Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs avança | 10 |
| Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola | 11 |

Expediente

Supervisor-Geral

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

Juiz Coordenador

Fábio Ribeiro Brandão

Coordenação-Geral

Durval Pacheco de Carvalho Neto

Cíntia Cristina Martins Ferreira

Coordenadora de Comunicação

Marília Seeling

Colaboradores desta Edição

Cláudia Leitner

Cleverton Bueno de Oliveira

Diogo Rodrigues Manasses

Gustavo Pielak Kuinsler

Jair Tonial Filho

Karina Resende Carula

Juliane Dalcanale

Lígia Maria Mazzo Werner

Luana Thais Kessler

Maria Luiza Mendes Xavier Vianna

Soraya Costa Esmanhotto

Ricardo Kaehler Meister



JUS XXI - Inovação e Cidadania premia Magistrados



Desde a criação do Conselho Nacional de Justiça, a política de cidadania ganhou destaque, tornando-se, inclusive, um dos macrodesafios do Planejamento Estratégico 2015-2020. No entanto, mesmo antes disso, vários magistrados paranaenses já desenvolviam iniciativas pioneiras de promoção dessa política.

Com o objetivo de identificar essas práticas, bem como homenagear seus idealizadores e executores, o Núcleo de Direitos do Cidadão do Tribunal de Justiça do Paraná (NUCID) e a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) instituíram o "Prêmio JUS XXI – Inovação e Cidadania". Além de criar um banco de dados com a possibilidade de replicar os projetos em outras localidades, a iniciativa também pretende destacar o trabalho desses magistrados que foram além de cumprir suas funções, não só aplicaram o direito, como o explicaram e o levaram diretamente a quem mais precisa.

Para o presidente da AMAPAR, Dr. Frederico Mendes Junior, o prêmio é apenas uma forma de destacar o trabalho desses magistrados. "O JUS XXI, traduz o reconhecimento aos juízes que foram além do processo, que entenderam que a atividade do juiz não se resume ao gabinete, em receber os processos, despachar e fazer sentenças. Como tudo na sociedade pós-moderna, o Judiciário também é questionado, e esses colegas sentiram a obrigação de participar mais ativamente da vida da comunidade, de explicar o Judiciário", afirma.

O presidente do NUCID, Desembargador Ruy Muggiati, também destaca a importância da iniciativa desenvolvida por esses magistrados. "Hoje o grande desafio não é a declaração do direito, é a sua realização, a garantia das condições para sua efetividade, a fim de que o propósito da constituição: "sermos uma sociedade justa, igualitária e fraterna", venha a se realizar. Por isso, este evento deu um "toque" de praticidade, de realidade. Não se busca saber o que a Lei diz ou que é o Direito. O que se busca é o que já se tem realizado, a partir das experiências concretas, que de um modo ou de outro, tentam realizar o ideal de justiça, que os direitos fundamentais constitucionais e os direitos humanos representam no desenho arquitetônico do ordenamento jurídico interno e internacional", reforça o Desembargador.

Para desenvolver toda a logística da premiação, a AMAPAR e o NUCID realizaram um amplo estudo para identificar projetos de cidadania idealizados e executados por magistrados em todo o Paraná, em primeiro e segundo grau de jurisdição. Foram criadas duas categorias: a "magistrado", que homenageou as iniciativas individuais, e a categoria "institucional", que premiou os colegiados, coordenadorias, comissões e demais estruturas administrativas que cumprem políticas judiciárias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Para ambas as categorias, foram desenvolvidos um certificado e um troféu com o símbolo "JUS XXI – Inovação e Cidadania".



A cerimônia de entrega do prêmio foi realizada no dia 28 de setembro, no auditório da sede administrativa da AMAPAR. O evento contou com a presença de membros da cúpula diretiva do TJPR, de integrantes de toda a comunidade jurídica, além dos magistrados e servidores envolvidos nos projetos premiados.

Antes da entrega dos prêmios, os convidados assistiram à palestra da Secretária Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, Dra. Flávia Piovesan. Com o tema: "Política de Cidadania no Poder Judiciário", ela falou da importância do evento como motivação para a realização de novos projetos. "Deixo aqui uma palavra de reconhecimento por esta iniciativa, tão necessária e pioneira no Brasil, de visibilizar e identificar práticas exitosas, emancipatórias e transformadoras. Hoje elas compõem o que poderíamos chamar de laboratório de ações, são capazes de fazer a diferença e de nos inspirar com tanta esperança na luta por justiça e por direitos", destacou a secretária.

No momento das homenagens, fotos dos projetos foram transmitidas simultaneamente com a narração de um texto que destacou, um por um, todos os nomes dos magistrados premiados. Na sequência, os anfitriões da noite, Desembargador Ruy Muggiati e Dr. Frederico Mendes Junior, fizeram a entrega dos troféus e certificados.

Ao final do evento, todos os Desembargadores que integram a cúpula do TJPR também foram homenageados com os troféus JUS XXI – Inovação e Cidadania, por terem sempre prestado apoio às iniciativas e contribuído para o seu sucesso.

Os contemplados que não puderam comparecer à premiação receberão seus troféus e certificados em suas respectivas unidades

judiciais, por meio das coordenadorias regionais da AMAPAR.

Premiados

Na categoria institucional, foram homenageados: o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ), representado, na ocasião, pela Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Paraná (GMF), representado pelo Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), representada pela Desembargadora Lenice Bodstein; a Comissão de Acessibilidade do TJPR, representada pelo Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson e a Ouvidoria-Geral do TJPR, representada pelos Desembargadores Arquelau Araújo Ribas e Lenice Bodstein. A AMAPAR também recebeu o prêmio pelos projetos: Ser Social, representado pelo Juiz aposentado Joel Pugsley, e Responsabilidade Social, representado pelo Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura.

Na categoria individual, 25 magistrados foram premiados, por desenvolverem mais de 80 iniciativas de cidadania no Paraná. A lista completa é formada pelos seguintes nomes:

Desembargadora Lidia Matiko Maejima, com o projeto "Criança e Adolescente Protegidos"; Desembargadora Joeci Machado Camargo - projeto "Justiça no Bairro"; Desembargador Roberto Portugal Bacellar - projeto "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola"; Desembargador Miguel Kfoury Neto - projeto "Fóruns Descentralizados"; Dra. Mércia Deodato do Nascimento, de Paranaguá, com o projeto "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola", desenvolvido





na Ilha do Mel;
 Dra. Emanuela Costa Almeida Bueno e Dr. Christiano Camargo, de Antonina, com o projeto "Justiça nas Bahias de Pinheiros e Laranjeiras";
 De Curitiba: Dra. Sandra Bauermann e Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, com o projeto "Tratamento ao Superendividamento do Consumidor"; Dr. Ruy Alves Henriques Filho, projeto "Audiências no Sistema Penal"; Dra. Adriana de Lourdes Simette, com o desenvolvimento de nove projetos no Fórum Descentralizado e Santa Felicidade;
 Dr. Augusto Gluszcak Junior, de São José dos Pinhais, com o projeto "Embriaguez ao Volante";
 Dr. José Aristides Catenacci Júnior, de Almirante Tamandaré, com o projeto "Apadrinhar é Legal";
 De Ponta Grossa: Dra. Laryssa Angelica Copack Muniz e Dra. Jurema Carolina da Silveira Gomes; pelo desenvolvimento de mais de 10 projetos no CEJUSC da comarca; Dra. Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, com os projetos "Apoio" e "Alternativa para Mudar", e Dra. Noeli Salete Tavares Reback, com os projetos "Eleitor do Futuro" e Música para Todos";
 Dr. Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, de União da Vitória, pela criação de cerca de 15 projetos de cidadania na comarca;
 Dr. José Guilherme Xavier Milanezi, de Irati - projeto "Enxugue essa Lágrima";
 Dra. Leila Aparecida Montilha, com "Justiça Terapêutica", aplicada em Piraí do Sul;
 Dr. Élberty Mattos Bernardineli, de Wenceslau Braz, com "Reforço da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente";
 Dra. Rafaela Mari Turra, de Jaguariaíva, com os projetos: "Arte para Todos", "Jovem Jurado" e "Justiça para o Povo";
 Dra. Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez, de Cornélio Procópio, com "Resgatando Vidas";
 De Londrina: Dra. Claudia Catafesta, com os projetos "Cuida de Mim" e "Falando sobre Socioeducação", Dra. Camila Tereza Gutzlaff, com "Abraça o Futuro" e "Grão de Mostarda", concebido em Nova Londrina e Loanda, Dra. Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha, com o projeto "Nossas crianças, nossos anjos", iniciado em Quedas do Iguaçu pelo Dr. Marcus Renato Nogueira Garcia;
 Dr. Edson Jacobucci Rueda Junior, de Campo Mourão, com "Eu não aceito Violência - e você?";
 Dra. Flávia Braga de Castro Alves, de Cianorte, com "Raio de Esperança para um novo Amanhecer";
 Dra. Liéje Aparecida de Souza Gouvêia, de Maringá, com "Juizado Móvel de Trânsito";
 Dr. Sergio Luiz Kreuz, de Cascavel, com "Família Acolhedora";

Dr. Rodrigo Rodrigues Dias e Dra. Denise Terezinha Corrêa de Melo Krueger, de Toledo, com vários projetos desenvolvidos através do CEJUSC;
 Dr. Marcio Geron, de Capanema, com "Drogas não! Quero você feliz. Admita: o álcool é droga";
 E, de Barracão, a Dra. Branca Bernardi, com a "APAC".

Homenagem replicada nas Comarcas

Depois de receber a premiação, muitos magistrados decidiram dividir a homenagem com toda sua equipe. A magistrada Adriana de Lourdes Simette, coordenadora do Fórum Descentralizado de Santa Felicidade, em Curitiba, foi uma delas. Logo depois da cerimônia, ela levou as palavras de carinho e motivação a todos os servidores que a ajudaram a desenvolver diversos projetos na unidade. "Vejo o prêmio como um incentivo e reconhecimento dado pelo Tribunal de Justiça, o primeiro em mais de dezessete anos de carreira", recordou a juíza.

A premiação também chegou até União da Vitória. O magistrado Carlos Eduardo Mattioli Kockanny fez questão de dividir o troféu e o certificado com toda a equipe do CEJUSC. Para o juiz, esse é um reconhecimento muito importante para todos os envolvidos no trabalho. "A premiação JUS XXI foi uma grata surpresa diante do reconhecimento do Tribunal de Justiça para o trabalho de 'Cidadania' realizado nas comarcas, indicando ser esta também uma prioridade do órgão gestor do Poder Judiciário paranaense", destaca.



Deliberações do CSJEs



No dia 20 de julho, foi realizada a segunda Reunião do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do ano de 2016. Na ocasião, houve deliberações sobre temas de grande relevância para o Sistema dos Juizados Especiais do Paraná.

Dentre outras questões, restou aprovada a proposta de reavaliação e readequação do regime de exceção das Turmas Recursais do Paraná. A destacar, a nova distribuição de competências, que passou a ser assim estabelecida:

- 1ª Turma Recursal: matéria residual;
- 2ª Turma Recursal: direito bancário, planos de saúde, empresas aéreas e de transporte terrestre, acidentes de trânsito, consórcio e seguro facultativo e obrigatório;
- 3ª Turma Recursal: serviços de telecomunicações, parte sociedade de economia mista e instituições de ensino;
- 4ª Turma Recursal: fazenda pública e criminal.

Ainda no âmbito da readequação do regime de exceção, foi aprovada a determinação no sentido de que, em momento algum, as Turmas Recursais venham a contar em sua composição com menos do que 16 juizes, tendo em vista a elevada e crescente demanda de feitos que ingressam no Órgão Revisor dos Juizados Especiais.

A destacar, também, a aprovação da transformação, mediante Lei Estadual, de 08

cargos de Juiz de Direito Substituto da Capital em 08 cargos de Juiz de Direito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, com estrutura idêntica à dos Juizes de Direito de entrância final. A proposição está em trâmite e pode ser acompanhada junto ao expediente SEI nº 00388832-70.2016.8.16.6000.

Na mesma reunião, o colegiado estabeleceu que, considerando a necessidade do cumprimento das metas do CNJ, as Turmas Recursais passem a realizar sessões de julgamento semanais. Em um primeiro momento, desde setembro de 2016, as Turmas passaram a se reunir quinzenalmente. A partir da conclusão das obras do Palácio da Justiça, momento em que as Turmas Recursais e o Centro de Apoio passarão a contar com espaço mais adequado na Sede Mauá, cada Turma passará a realizar sessões semanalmente.

No mesmo sentido, objetivando o cumprimento das metas, bem como oportunizar às partes, advogados, servidores e magistrados melhores condições nos dias de sessão de julgamento, foi determinado ao DTIC que proceda à instalação de estrutura adequada à realização de sessões por videoconferência, possibilitando que os procuradores façam sustentações orais à distância.

No âmbito do Programa Justiça ao Torcedor, igualmente há novidades. Mediante alteração na Resolução nº 07/2010 do CSJE, o colegiado assegurou aos magistrados que forem designados para 5 ou mais eventos num período de 12 meses, que possam ser dispensados de integrar um plantão judiciário, nos termos da Resolução nº 07/2010 do CSJE.

TJPR recebe Comitativa Britânica

Durante a última semana do mês de agosto, o TJPR participou do Projeto "Melhoria da Eficiência e do Desempenho do Judiciário Brasileiro", desenvolvido pelo CNJ. O projeto pretende sugerir adaptações da rotina de trabalho a partir de um estudo, realizado pela consultoria GovRisk (International Governance and Risk Institute), do Reino Unido.

Para tanto, os consultores ingleses: John Stacey, Sean O'Brien e Dominic Le Moignan, e os brasileiros: André Pagani de Souza e André Ramos Tavares, passaram uma semana no Paraná visitando instalações do TJPR e colhendo informações sobre o trabalho desenvolvido no Estado. A ação foi acompanhada pelo Conselheiro do CNJ, Ministro Lélio Bentes Corrêa, pelo Secretário-Geral do CNJ, Fabrício Bittencourt da Cruz e pelos servidores Fernanda Paixão, Santiago Varella e Lucas Delgado.

Dentre os locais visitados, esteve o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de 2º grau. Na ocasião, os consultores tiveram a oportunidade de conversar com os Desembargadores aposentados que prestam trabalho voluntário no local, e obter informações sobre toda a logística de funcionamento com o coordenador do CEJUSC, Desembargador Ruy Muggiati.

O último dia de visitas foi dedicado ao Juizado Especial. A comitiva esteve no Fórum dos Juizados Especiais, na Getúlio Vargas, e no Fórum Descentralizado de Santa Felicidade. As visitas foram acompanhadas pelo 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, e pelo Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Fábio Ribeiro Brandão.

Nos Juizados Especiais, a Juíza diretora do Fórum, Dra. Letícia Marina Conte, recebeu os convidados, mostrou as instalações do prédio e apresentou uma série de informações. Os consultores ainda tiveram acesso aos números



da unidade e conversaram com servidores e advogados. Na sequência, no Fórum Descentralizado de Santa Felicidade, o grupo foi recepcionado pela Juíza Adriana de Lourdes Simette, que também é diretora do Fórum. A magistrada fez uma apresentação detalhada sobre os serviços ofertados no local, bem como os projetos que desenvolve na região. Antes de finalizarem os estudos no Paraná, os consultores ainda passaram pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Depois de uma semana de análises, os especialistas deixaram o Estado com boas impressões. Todos os esforços empregados pelo TJPR no sentido de facilitar o acesso da população à justiça foram elogiados e o Fórum Descentralizado despertou grande interesse dos pesquisadores.

Depois de Curitiba, a comitiva seguiu para o Nordeste do País. O mesmo trabalho também foi desenvolvido no Tribunal de Justiça do Piauí. A proposta é que essas visitas sejam convertidas num relatório e os resultados apresentados numa videoconferência.

Deliberações do NUPEMEC

Na segunda reunião do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) deste ano, ocorrida em 30 de junho, o colegiado aprovou a edição da Resolução nº 003/2016, que normatiza os Acordos de Cooperação firmados entre os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs e as Organizações da Sociedade Civil, regulamen-

tadas pela Lei nº 13.019/2014.

Na mesma reunião, considerando a implementação do Plano de Estruturação e Instalação dos CEJUSCs, cuja aprovação já havia ocorrido na sessão anterior, foram referendadas as portarias e certificados 32 Centros, de acordo com o cronograma estabelecido no aludido plano.

Semana Nacional da Conciliação 2016



Depois atender mais de 20 mil pessoas em todo o Paraná em 2015, neste ano, o TJPR já iniciou os preparativos para desenvolver a 11ª edição da Semana Nacional da Conciliação. A Campanha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, será desenvolvida entre os dias 21 e 25 de novembro e coordenada pelo Desembargador Ruy Muggiati.

Com o slogan: "O caminho mais curto para resolver seus problemas", a mobilização, promovida anualmente pelo Poder Judiciário, pretende buscar soluções alternativas aos conflitos apresentados à Justiça. A iniciativa é nacional e espera difundir a pacificação social, o respeito entre as partes e a celeridade processual, demonstrando que a conciliação é a forma mais rápida e eficaz para a solução de conflitos.

Para atingir esse objetivo, o TJPR já iniciou o trabalho de planejamento convidando juízes, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e instituições de ensino superior para participarem da campanha. Aos magistrados, foi sugerida a organização de pautas concentradas ou temáticas, pré-processuais e processuais, bem como o incentivo de ações junto a universidades e outras entidades públicas ou privadas locais, para realização de palestras,

debates ou outras atividades ligadas à conciliação.

Também os grandes litigantes foram contatados e poderão fazer suas comunicações através de e-mail. Aqueles que tiverem interesse, devem enviar a indicação dos feitos em andamento, com efetiva proposta de acordo e presença de preposto devidamente qualificado nas audiências, para encaminhamento e análise pelos respectivos juízos.

A população também poderá requerer sua participação através da internet. No site do Tribunal de Justiça do Paraná, foi disponibilizado o link "Quero Conciliar Semana Nacional da Conciliação 2016". Através dele, é possível acessar um formulário que deve ser preenchido e enviado até o final de outubro. Na sequência, essas informações serão encaminhadas aos juízes para análise e possível inclusão na pauta.

Ainda entre as ações, foram feitos investimentos na divulgação do evento. Cartazes e folhetos informativos devem ser distribuídos nos Fóruns de todo o estado e nas Ruas da Cidadania de Curitiba. Durante a semana, também deve ser realizada uma ampla divulgação da campanha nos veículos de comunicação.

Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs avança

Finalizando 6 meses de trabalho, o Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs continua garantindo resultados importantes. Na última reunião do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, NUPEMEC, 32 CEJUSCs receberam a certificação do colegiado. Com isso, o número de Centros triplicou, passando de 11 para 33 (incluindo o CEJUSC de 2º grau). Essa primeira fase contemplou as comarcas de entrância final (foros centrais e regionais).

A sequência do plano vem tratando das comarcas de entrância intermediária do Estado. A próxima reunião do colegiado, prevista para o mês de novembro, deve certificar outros 37 CEJUSCs, alcançando a marca de 70 Centros em todo o Paraná. A partir dessa certificação, cabe à Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná designar os servidores, já selecionados pelos juízes coordenadores dos Centros, para o início da prestação do serviço extraordinário, nos moldes do Plano.

A última fase do trabalho, nas comarcas de entrância inicial, também já foi iniciada. Os comunicados, feitos com juízes coordenadores e servidores com cargo de provimento efetivo do TJPR, é feito através de messageiros. Uma vez indicados os nomes dos magistrados e servidores, dá-se início aos trâmites administrativos, no SEI, para posterior certificação do NUPEMEC.

Enquanto todo o processo é realizado, o colegiado iniciou mais uma etapa indicada pelo Plano de CEJUSCs, o cronograma de formação continuada. Um estudo de execução dos cursos foi desenvolvido e aprovado pelo NUPEMEC, com o objetivo de capacitar todos os servidores designados para atuar nos CEJUSCs do Estado, tanto os já instalados, quanto aqueles que o serão em breve.

Para isso, foi criado um cronograma de capacitações presenciais, realizadas, primeiramente, nas maiores cidades do interior, que possuem maior demanda, e, na sequência, nos municípios de menor porte. Até o momento, 346 servidores e 137 voluntários já finalizaram a capacitação. Até o final do cronograma, outros 203 servidores também devem concluir as atividades.



Além disso, desde setembro, foi disponibilizado o curso de Ensino a Distância (EAD), através de uma plataforma na internet desenvolvida e certificada pelo Conselho Nacional de Justiça. Cerca de 200 servidores estão, atualmente, utilizando esse sistema, que contribui para o crescimento exponencial no número de conciliadores, uma vez que desburocratiza o acesso ao conhecimento e dá ao facilitador as ferramentas necessárias para a atuação junto a todas as hipóteses encaminhadas aos CEJUSCs.

Com a finalização do curso teórico, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância (EAD), todos os participantes saem aptos para realizar conciliação. A mediação, entretanto, só pode ser realizada depois do cumprimento de, pelo menos, 60 horas de estágio cumpridas nos CEJUSCs de designação de cada servidor.

Ao final de todo o trabalho, o Plano de Instalação e Estruturação de CEJUSCs pretende capacitar cerca de 4 mil servidores e voluntários, além de transformar o Paraná no Estado com maior número de Centros por habitante do Brasil.

Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola



36 mil crianças atendidas

Depois de alcançar índices recordes no último ano, em 2016 o Programa Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola continuou suas atividades somando, até o momento, cerca de 300 escolas participantes em 37 comarcas diferentes. Com isso, atinge a marca histórica de mais de 36 mil crianças atendidas em apenas 2 anos.

Pensando em comemorar essa marca, a 2ª Vice-Presidentência, coordenadora do Projeto, realizou um evento de homenagem no início do mês de outubro. A proposta da celebração era reconhecer a importância do trabalho desenvolvido de forma voluntária, por magistrados e servidores, durante esse período. Para o 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, essa foi uma grande oportunidade de destacar os resultados do Programa e o valoroso trabalho desenvolvido

por todos os voluntários. "É uma marca histórica: 36 mil crianças atendidas, atuação em mais de 700 escolas e mais de 40 comarcas participantes, tudo em apenas dois anos. Isso só foi conquistado através do trabalho de todos os voluntários, que, com muita disponibilidade, resolveram emprestar um pouco do seu tempo e conhecimento a essas milhares de crianças. Em nome delas, é hora de celebrar e homenagear todos os voluntários que nos ajudaram a fazer, desse, um programa de sucesso e com um magnífico alcance social", disse o Desembargador.

Marca é comemorada com homenagem a voluntários

A cerimônia foi realizada através de uma parceria com a Fundação Cultural de Curitiba e o Instituto Curitiba de Arte e Cultura, que ofereceu um verdadeiro presente a todos os convidados. Eles foram recepcionados na Capela Santa Maria, transformada em teatro, onde dividiram a plateia com crianças de escolas públicas para assistir ao "Concerto Mágico de Tuhu, Villa Lobos para Crianças". Apresentado pela Camerata Antiqua de Curitiba, o concerto cênico teve direção de Maurício Vogue. Na apresentação, composições de Villa-Lobos e canções populares, como "O Cravo Brigou com a Rosa" e "Cai-Cai Balão", apresentadas por um elenco formado por atores como Regina Vogue, Renet Lyon e Giovana Liz.

Ao final da apresentação, todos os voluntários participaram de uma pequena cerimônia e foram homenageados com uma medalha, o mesmo prêmio que é entregue às crianças no final das atividades do Programa.



Entre os homenageados, todo o evento foi considerado muito especial. "Fiquei muito honrado e feliz, é sempre bom ser reconhecido, foi uma bela apresentação, para um belíssimo projeto", destacou o servidor Ibramar Pinto Socreppa.

Integrante da equipe do Museu do TJPR, o servidor Gregorio Hermano Bruning dividiu muitos momentos com as crianças do projeto e considerou a apresentação a melhor forma de finalizar mais um ano do trabalho. "É emocionante ter a oportunidade de contribuir para um projeto tão bonito. O encerramento não poderia ser melhor, ao som do mestre Villa-Lobos, que esteve, em sua época, imerso na tarefa da educação musical da juventude brasileira", diz Gregorio.

No total, 43 voluntários, que desenvolveram trabalhos em Curitiba e região metropolitana, receberam a homenagem. Aqueles que desenvolveram o projeto em outras localidades do estado, receberão a homenagem em suas respectivas comarcas, com uma carta de agradecimento.

